

Celso Furtado: uma concepção de história em um projeto político

Neilaine Ramos Rocha de Lima (UEM)

O presente trabalho pretende observar o pensamento desenvolvimentista centralizando sua discussão nas ideias do economista Celso Furtado, representante da Cepal (Comissão Econômica para América Latina) no Brasil, tendo em vista a análise de seu pensamento intelectual acerca de projetos políticos e sua relação com a construção de um conceito da dinâmica da História, observando o contexto de debate teórico entre desenvolvimentistas e liberais, nas décadas de 1950 e 1960, e sinalizando dentro desse contexto a figura do intelectual Celso Furtado, um dos principais economistas do Brasil no século XX. Cabe também salientar que o trabalho em questão apresenta uma pesquisa preliminar do estudo que está sendo desenvolvido em forma de tese de doutorado, tendo assim muitas questões a serem observadas ao longo da pesquisa, porém alguns apontamentos são essenciais para a pertinência da própria tese, sendo assim o texto a seguir se propõe a levantar as questões principais de uma pesquisa em processo de formatação.

O objetivo central da pesquisa de doutorado citada anteriormente é analisar o debate teórico entre desenvolvimentistas e liberais, nas décadas de 1950 e 1960. Esse debate cristalizou-se na produção intelectual de dois grandes nomes na História do pensamento econômico do Brasil, Celso Furtado e Eugênio Gudin. A pesquisa em questão buscará salientar as diferentes concepções de História contidas nas teorias desenvolvimentista e liberal, concepções essas intimamente ligadas aos projetos e soluções propostas por esses intelectuais, que explicariam o problema da falta de desenvolvimento econômico que o Brasil vivia no contexto em questão. O debate entre as ideias pode ser visualizado em grande parte da produção intelectual dos autores como: livros, artigos, entrevistas, estudos encomendados pelo próprio Estado,

fontes que nos fornecem os fundamentais elementos que constroem as principais divergências entre essas ideias, sinalizando assim duas distintas teorias de economia, Estado, sociedade, indivíduo, riqueza, progresso e política. A hipótese central do estudo se fundamenta na ideia de que essas diferenças conceituais estariam ligadas à grande matriz desse antagonismo, que daria vida ao debate: esse elemento basilar seria a concepção de História, da ação do homem e seus resultados ao longo dos anos, o que geraria ou não o desenvolvimento. É intenção da pesquisa, portanto, demonstrar que o debate teórico acerca do desenvolvimento econômico, observado nas décadas de 1950 e 1960, é fonte histórica para compreendermos que diferentes concepções sobre a História fundamentaram projetos distintos, que buscavam soluções concretas para a superação da atonia econômica e política que o Brasil vivenciava, tendo em vista a questão geral observa-se alguns apontamentos que serão abordados no trabalho em questão, que salientam o pensamento de Celso Furtado nesse contexto de formatação de um conceito de História para a solução dos problemas econômicos do Brasil, na segunda metade do século XX.

No Brasil, o pensamento nacional desenvolvimentista teve em Celso Furtado um dos seus grandes representantes. Nascido na Paraíba em 1920, Furtado buscou incessantemente entender os problemas do nordeste, os quais estiveram presentes em sua infância, de modo a se propor a decifrar os enigmas da história do Brasil e as razões do subdesenvolvimento nacional. Em 1940, Furtado ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde quatro anos mais tarde concluiu o curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1948, finalizou seu doutorado em Economia, pela Universidade de Paris Sorbonne, e produziu sua tese acerca da História Colonial do Brasil, que deu origem à obra **Formação econômica do Brasil**, um dos principais trabalhos de Furtado, o qual o consagra como um dos principais intelectuais brasileiros. Portador e norteador da versão da teoria nacional desenvolvimentista, o economista apresentou ativa participação na elaboração de projetos para os fins da modernização no governo de Juscelino Kubitschek. Devido à sua ligação intelectual com a

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão que representava o pensamento desenvolvimentista na América Latina, Furtado difundiu as ideias desse órgão no Brasil e participou da criação de um grupo de estudos em que analisavam especificamente o Brasil, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Esse órgão fora criado em 1955 e funcionou como um núcleo irradiador das ideias desenvolvimentistas no Brasil (ROCHA, 2008).

Segundo Furtado, a economia se torna uma ferramenta essencial para o entendimento do contexto de subdesenvolvimento brasileiro, assim um olhar de economista não seria o bastante para compreender os problemas econômicos do Brasil, seria necessário um olhar profundo acerca da história do Brasil, pois as raízes desse problema não estariam apenas no campo econômico, como observamos na citação a seguir: “[...] com maior eficácia, tratar problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade [...] Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico.” (FURTADO, 1985, p.33 e 36).

Furtado (1985) se propõe a observar a questão do desenvolvimento econômico tendo em vista as limitações do conhecimento científico da Economia e para isso Furtado procurou compreender os processos históricos do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

...Um prolongado esforço para compreender os processos históricos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, apoiado nos instrumentos da análise econômica, levou-me à convicção de que a elaboração de uma ‘dinâmica econômica’ que seja algo mais do que uma série de exercícios engenhosos para distração de professores universitários, é objetivo inalcançável do quadro de referência em que trabalhamos. p.9.

O autor mostra a evolução da ciência econômica desde a década de 1930, através da econometria de Ragnar Frisch, teorias como a de Kuznets, Keynes, e outros que colaboraram para ampliar as ferramentas para o estudo da economia. Porém Furtado aponta que em sua maioria, os economistas trabalham com questões envolvidas nos problemas sociais, mas tratam os mesmos como fenômenos estáticos, perdendo a noção da dinâmica temporal dos fenômenos. Nesse processo de dinamizar a questão econômica, uma ferramenta essencial seria a história. (FURTADO, 1985).

Furtado acreditava ser possível à elaboração de um método de entendimento da História que correspondesse às suas expectativas acerca da compreensão do processo de desenvolvimento econômico. Sua teoria não se fundamentava na espontaneidade de um processo de livre mercado, como acreditavam os liberais, nem tampouco na espontaneidade do processo de aumento da exploração com o desenvolvimento do capitalismo, como postulavam os marxistas. Isso pode ser observado no excerto a seguir:

Em casos simples, como o da civilização do açúcar no Nordeste brasileiro, era possível construir um modelo de tipo macroeconômico que projetasse luz sobre a lógica de sua expansão e declínio. Com base nesse enfoque metodológico comecei a repensar a História do Brasil, ao mesmo tempo que ia reformulando minha visão do processo de desenvolvimento (FURTADO, 1985, p. 168).

Nesse sentido, a análise da história do Brasil levou Furtado a um processo de formulação de esquemas que buscavam compreender a estrutura do desenvolvimento econômico ou mesmo do subdesenvolvimento, com base na macroeconomia, que visualiza o desenvolvimento do capitalismo não a partir do indivíduo (micro) como acreditava Gudin, mas a partir das interações de instituições como o Estado que planeja e age para o todo. Com o método macroeconômico, os preços, a geração e a distribuição de renda podem ser gerenciados pelo Estado.

No pensamento de Furtado, o Brasil é concebido como um país único, com uma história singular, com elementos característicos à sua cultura, ao seu espaço e à sua história. Por meio dessa visão, Furtado contrapõe diretamente o pensamento liberal que pode ser representado pelo economista Eugênio Gudin, que também estuda as razões ligadas ao subdesenvolvimento do brasileiro, porém observa o fenômeno de outra perspectiva histórica, que analisa o Brasil em um contexto mundial e não observa suas particularidades como elementos essenciais para explicação do seu processo histórico. (LIMA, 2008)

Segundo Borges (1996), as primeiras obras de Gudin versam sobre o capitalismo naturalista, um conceito chave na sua obra, que corresponde à sua concepção de capitalismo pautado em Adam Smith, que defendia a tese do progresso natural da riqueza.

Gudin fora a expressão do pensamento clássico liberal, que analisa o progresso da riqueza como algo natural, espontâneo e decorrente em qualquer contexto e tempo. Esse pensamento está em Smith, que prevê o desenvolvimento das nações, sem fazer distinção da forma que esse desenvolvimento aconteceria, mas por acreditar em indivíduos e suas ações não concebe que limites culturais ou barreiras territoriais, seriam determinantes para o desenvolvimento da riqueza, esse processo seria, portanto, natural e espontâneo, mas dependente de três elementos: segurança da propriedade privada, poupança seguida de investimento e liberdade. (SMITH, 1983).

O pensamento da economia política clássica, parte do pressuposto de que a intensidade de riqueza das coletividades varia no tempo e espaço. O conceito de riqueza estaria ligado à ideia de acumulação (capital para investimento e capital para estoque). Ainda seguindo esses padrões teóricos, Malthus define como trabalho produtivo, aquele capaz de gerar acúmulo. Teóricos como Marx e Keynes focaram a questão do investimento, geraram a tendência de se abandonar o próprio conceito de riqueza. Porém esses estudos não proveram entendimento da dinâmica da acumulação. (FURTADO, 1976)

Segundo Furtado haveria a necessidade de abordar a questão da acumulação observando seus fatores de criação, como o caso da questão tecnológica, que para o autor, resultaria em processos produtivos mais efetivos. Seguindo esse princípio a industrialização seria priorizada para acelerar o desenvolvimento do capitalismo. "... o estudo da acumulação ao nível do sistema produtivo (espinha dorsal da teoria do desenvolvimento econômico) requer uma compreensão do processo global de acumulação..." (FURTADO, 1976, p. 16)

Assim os fatores sociais e históricos, seriam preponderantes para o entendimento do processo de acumulação. "... o conceito de excedente, cuja ideia central está nos fisiocratas e nos primeiros clássicos ingleses, constitui um ponto de partida mais sólido para o estudo da acumulação global." (FURTADO, 1976, p. 16).

A literatura que focalizou o pensamento de Furtado e sua relevância para a formulação do projeto político desenvolvimentista para o Brasil é extensa. Vastamente homenageado, cristalizou-se sua relevância para a história do pensamento político no Brasil despertando interesse de muitos historiadores. Citaremos alguns em seguida.

Marcos C. Lima e Maurício D. David (2008), organizaram uma obra com o título **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**, a qual uniu mais de dez cientistas sociais que versam sobre as inúmeras questões acerca do pensamento de Furtado: desde suas concepções fundamentais e raízes dessas até seu empenho em resolver as questões do nordeste brasileiro.

Maurício Coutinho (LIMA, 2008) aponta a importância da concepção de História em Celso Furtado para a elaboração de sua tese acerca do subdesenvolvimento brasileiro, e aponta como documento central para essa análise a obra **Formação econômica do Brasil**, a qual foi ponto de partida para várias pesquisas que buscam um melhor entendimento do pensamento de Furtado sobre a História.

Segundo Berriel (2001), o resgate do passado por Celso Furtado tem como um dos grandes objetivos buscar elementos que pudessem orientar a composição de um projeto nacional:

[...] eu fui chegando à conclusão de que havia qualquer coisa de errado com o Brasil. Era fácil demais seguir a linha que era aceita, indicada pelos que estudavam o Brasil na época. O próprio Euclides da Cunha e Oliveira Viana eram fascinados pela sociologia do século XIX, que valorizavam o padrão das etnias, das raças. Eugênio Gudín, por exemplo, era o maior economista do Brasil. Tinha seguidores, representava internacionalmente o país e iria ser um dia ministro da Fazenda. Ele partia do princípio de que o Brasil tinha inferioridades naturais, principalmente por seu clima e sua raça. Pronto, estava tudo explicado. Ora, eu me revoltava contra isso [...] No fundo, era um sistema de cultura que era inferior, que criava essa situação. Não era o clima, nem a raça (FURTADO, 1997, p.59).

Nessa citação de Furtado, observamos o antagonismo entre o seu pensamento com o de Gudín. Para Furtado, a questão da raça para Gudín era essencial para a explicação do subdesenvolvimento, questão essa que analisaremos de modo a verificar ser correspondente ou não. Porém, no momento, o importante é observarmos que essa questão de concepção

histórica norteava o discurso de ambos os lados nesse debate que procura no passado argumentos para entender o presente e planejar o futuro.

Desde a obra **Formação Econômica do Brasil**, Furtado alega que sua intenção fora “[...] aproximar a História da análise econômica; extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História [...]” (FURTADO, 1985, p.205). A historiadora Maria da Conceição Tavares (1972, 2000), em suas obras, assinala o pensamento de Furtado como uma inspiração para a corrente teórica que observa a história do Brasil com suas idiossincrasias, e que parte do pressuposto que há uma assimetria de poder entre as economias nacionais, e destaca a posição diferenciada da América Latina na economia mundial.

O uso da teoria da História para explicar o contexto e recriá-lo não é novo, Furtado demonstra a necessidade de várias teorias em se apoiarem na História para a partir dela desenvolverem um projeto para o seu presente.

Segundo Hannah Arendt (1989), grande parte das ideologias ou conjunto de ideias e concepções que buscam nortear ou explicar a realidade, tem em sua essência a busca por uma solução histórica, o que a autora chama de “a chave da História”. O que move os fatos, o que impulsiona a ação do homem, qual o papel do Estado, das classes ou do interesse individual. A base para a explicação e justificativa de determinadas ações políticas estariam respaldadas nessas teorias que expressão no seu cerne “a chave da História”.

A questão levantada nos escritos de Furtado nos remete a um conceito de processo histórico, diferenciado daquele proposto por outras linhas como o próprio liberalismo de Eugênio Gudín. Essa elaboração conceitual nos remete as teses de Reinhart Koselleck (2006), que observa que toda formação conceitual esta intimamente ligada com sua temporalidade, seu contexto histórico nortearia a formatação das definições que fundamentava os ideários, os projetos políticos, planos de desenvolvimento, em geral o pensamento intelectual. Para Koselleck (2006) o uso público e político das palavras se inserem no contexto temporal de elaboração dos conceitos norteadores desses discursos.

Furtado dentre outros representam uma historiografia feita para resolução de um problema do presente, era necessário à elaboração de uma definição de processo histórico, pois a partir desses conceitos os planos políticos, as metas governamentais poderiam ser traçadas, tendo em vista a superação da História pela força motriz do Estado, a ideia de “50 anos em 5”, nos remete a essa realidade histórica, em que o Estado se munia de instrumentos para acentuar sua intervenção econômica, e um desses instrumentos fora a justificativa teórica fornecida por intelectuais como Furtado, que acreditavam ser necessária a ação governamental para a superação do subdesenvolvimento.

Sendo assim podemos concluir que a historiografia nos deixa a oportunidade de revisitarmos a elaboração conceitual do processo histórico na visão do desenvolvimentismo, a partir da análise do pensamento de Celso Furtado, elaborando assim uma reflexão sobre a formatação da possibilidade de diferentes conceitos de História no Brasil e da sua importância para a elaboração de discursos e planos políticos no contexto das décadas de 1940 a 1960, capturando o discurso histórico dos livros, para participar da construção de uma possível realidade, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico brasileiro. Verifica-se assim a ligação íntima entre o passado, presente e um horizonte de expectativa, o futuro.

Bibliografia

ABRAHÃO, C.M.S; DANTAS, J. A. M.; REIS, G. A .**Gudin, Bulhões, Furtado:** matrizes do pensamento econômico brasileiro. Maringá: Eduem, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BERRIEL, Rosa Maria Vieira. **Celso Furtado:** reforma política e ideologia (1950-1964). São Paulo: Educ, 2007.

BERRIEL, Rosa Maria Vieira. Celso Furtado- História e Estado na teoria do subdesenvolvimento. In **EAESP/FGV/NPP- Núcleo de pesquisas e publicações. Relatório de pesquisa**, n.47, São Paulo, 2001.

FURTADO, Celso. **Economia brasileira**: contribuição à análise de seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. Celso. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: A Noite, 1956.

_____. Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1959.

_____. Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

_____. Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

_____. Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

_____. Celso. **Formação Econômica da América Latina**, Rio de Janeiro, Lia Editor, 1969.

_____. Celso. **Mito do Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. Celso. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Celso. **A Fantasia Organizada**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. Celso. **Democracia Viva**, Ano I n.1 Novembro 1997.

MANTEGA, G. A. **A economia política brasileira**. 4. ed. São Paulo: Polis/Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: SILVA, Fernando da, (org), et al. **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2003.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino Americano**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro:Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

ROCHA, N. R.A **Economia Política Clássica no Brasil**: o pensamento inovador de Eugênio Gudín. 152p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2008.